DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: APONTAMENTOS PARA A VALORIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS ALTERNATIVAS NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO

Democratization of Higher Education : Notes To The Experiences Of Valuation Alternativasno Latin American Context

La democratización de la educación superior: Notas a las experiencias de Valoración Alternativasno Contexto Latinoamericano

Jaime José Zitkoski[1]
Maria Elly Herz Genro[2]
Célia Elizabete Caregnato[3]

Resumo: O artigo analisa elementos da democratização da educação superior de forma comprometida com a ideia de que é necessário valorizar elementos históricos e teóricos que permitem visualizar experiências emergentes no âmbito da realidade latino-americana, na busca de alcançarmos no futuro transformações mais intensas. São apresentados no texto que segue elementos que permitem pensar os limites da universidade em seu desenvolvimento clássico a partir das experiências europeias para, em seguida, pontuar alguns aspectos da inspiração teórica em Boaventura de Sousa Santos, que instigam a pensarmos os processos de democratização e o diálogo entre saberes e experiências no sentido da descolonização como caminhos possíveis para novas práticas numa perspectiva emancipatória. Por fim, a referência a duas experiências alternativas de universidade traz à tona aspectos que constituem experiências instituintes de novas práticas que possam indicar perspectivas de transformações mais radicais.

PALAVRAS-CHAVE: Democratização; Ensino superior; América Latina; Universidade.

DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: BALANÇO DAS ÚLTIMAS DÉCADAS NO CASO BRASILEIRO

Na perspectiva de analisar o contexto mais amplo do processo de expansão e, igualmente, dos desafios colocados para a democratização do ensino universitário brasileiro, lançamos, em primeiro lugar, duas questões: *Universidade para quem? Universidade para que, ou qual seu papel social?* São questões que se inter-relacionam e remetem para o desafio da compreensão sobre o que significa a democracia na formação universitária.

A democratização da Universidade não consiste apenas na garantia de acesso, ou na expansão da quantidade de vagas na universidade, para que mais jovens de classes populares

[1] Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
[2] Doutorado (2000) em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
[3] Doutorado em Educação pela UFRGS (2004)

Recebido em: 27.10.2014 **Aprovado em:** 17.07.2015

tenham a garantia do acesso nessa instituição que historicamente foi o espaço mais elitizado da sociedade brasileira? Ou democratização significa também os avanços democráticos na estrutura das universidades na perspectiva de garantir um diálogo crítico e construtivo com amplos setores da sociedade, buscando atender equitativamente as diferentes demandas de todas as camadas sociais, sem fazer distinção ou estabelecer hierarquias que reproduzem a desigualdade já estabelecida entre nós brasileiros?

Historicamente, o ensino universitário no Brasil foi sendo estruturado na ótica de atender as demandas colocadas pelas elites. Na origem, nós tivemos uma elite colonizadora de Portugal que, com a chegada da Corte portuguesa em 1808, implantou aqui as primeiras faculdades com alguns cursos voltados para a formação de uma elite crioula, Direito e Medicina principalmente, para atender as demandas da nobreza que se instalou na cidade de Rio de Janeiro (Rossato, 2005). Esta estrutura de Faculdades Isoladas perdurou até a década de 30 do século passado, quando o Brasil, já na era de Vargas, passou por um primeiro momento de industrialização. Nesse contexto, emergem os primeiros projetos de Universidade, no seu conceito mais autêntico e contemplar o universo das áreas do conhecimento agregadas em uma única IES. Assim, com o avanço da industrialização, a substituição das importações e a estruturação mais forte de um mercado interno, vão se consolidando as primeiras universidades brasileiras na primeira metade do século XX. São IES que se localizam nas capitais dos estados mais desenvolvidos do Brasil. Portanto é um processo ainda profundamente centralizador e altamente elitizado, pois se caracteriza por uma oferta reduzida de vagas e localizada geralmente nas capitais.

Na década de 1960, com a ditadura militar, desponta a reforma universitária numa perspectiva de expansão do capital e de articulação entre a formação superior e a lógica produtivista. Tal processo implicou no atrelamento ainda maior entre a formação universitária e o mundo do trabalho. Foram implantadas algumas novas universidades em regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, mas na perspectiva de dinamizar a formação da mão de obra especializada para impulsionar o desenvolvimento econômico brasileiro atrelado aos interesses do capital internacional. A reforma universitária de 1968 se caracterizou pela capacidade de reestruturação dos currículos e dos projetos de cursos superiores na perspectiva da produção econômica e diversificação dos serviços mais especializados para determinadas camadas sociais com maior poder aquisitivo. Dessa forma, se houve ampliação na oferta de

vagas no ensino superior, foi uma política planejada para obter, acima de tudo, resultados econômicos para tornar o país mais competitivo no comércio internacional.

Nos anos 90, com as políticas neoliberais disputando com muita força todos os espaços da sociedade, a expansão do ensino superior brasileiro se dá fortemente pela lógica do mercado. Na década de 90, ocorre uma forte interiorização do ensino superior, mas pela abertura de IES particulares em sintonia com a expansão do ensino fundamental e, gradativamente, no ensino médio. O discurso recorrente nesse contexto foi a *teoria do capital humano*, que vendeu a ideia de que a educação superior é o melhor investimento para as famílias na garantia de um futuro mais próspero para as novas gerações. Então, a demanda por ensino superior cresceu de forma exponencial e, com os governos neoliberais não investindo no ensino universitário público, o resultado foi um grande crescimento das IES privadas, principalmente as Universidades Empresas, muitas delas estrangeiras que foram investindo nesse novo nicho de mercado.

Na última década (2003 – 2013), com os governos de Lula e o atual governo Dilma, está em curso no Brasil um novo ciclo de expansão do ensino universitário com a criação de novas Universidades e Institutos Federais. Além da ampliação de vagas nas IES públicas e a gradativa interiorização levando estas para as regiões mais desassistidas, foram criados programas que facilitam o acesso dos jovens no ensino superior.

O PROUNI e a ampliação do FIES e, também, os polos da UAB (que via de regra são mantidos pelas universidades públicas em parcerias com as prefeituras), todos são programas que efetivamente ampliaram consideravelmente as vagas para o ensino superior democratizando o acesso para setores das classes populares que até então não sonhavam em ter uma formação universitária.

Nesse contexto, podemos afirmar que está em curso um processo virtuoso de expansão do ensino superior com alguns avanços que destacamos a seguir:

a) Avanços na interiorização das IES no Brasil todo, facilitando o acesso dos que pleiteiam vagas devido à proximidade de seu domicilio, ou região onde reside;

b) Maior articulação entre ensino-pesquisa-extensão a partir de projetos voltados para o desenvolvimento regional;

c) Avanços na oferta de cursos e programas de Pós Graduação a nível do *stricto sensu* e a verticalização da pesquisa;

Mas, sobre a segunda questão que enunciamos no início desse ponto: qual o papel social da universidade e quais os compromissos com as diferentes demandas da sociedade? Ou seja, diante dos desafios de uma democratização qualitativa, como nos encontramos no Brasil hoje?

Diante da histórica transplantação passiva de modelos de Universidade trazidos de fora e adotados aqui, é urgente discutirmos a reinvenção da universidade brasileira. Nesse sentido, é fundamental discutirmos a democratização da universidade brasileira por dentro de suas estruturas, que via de regra continuam elitistas e excludentes. E, portanto, nos encontramos ainda num ponto muito distante da necessidade de construirmos as IES numa perspectiva mais coerente de abertura aos processos sociais emancipatórios(Freire, 2005) e de avanços na lógica de uma instituição republicana, comprometida com as necessidades de toda sociedade e, portanto, que supere os processos de elitização ainda remanescentes da origem da universidade brasileira, que muitas vezes excluem os novos públicos que hoje estão acessando a educação superior. Talvez o caminho para essa direção seja o que Santos (2009) concebe como *a extensão ao contrário,* em que os diferentes saberes produzidos pela sociedade tenham espaço na universidade e sejam valorizados por comunidades interpretativas, ressaltando suas contribuições na construção de um *conhecimento prudente para uma vida decente.*

POR QUE É NECESSÁRIA A DEMOCRATIZAÇÃO E DESCOLONIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR?

O tema da democratização da educação superior se relaciona com o contexto amplo que vivemos. Este contexto é de crise dos paradigmas da modernidade, em que os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade constituintes desta não se efetivaram historicamente, pois o potencial emancipatório da modernidade se dilui quando este processo se ajusta fortemente às diretrizes do capitalismo. Os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade decorrentes das revoluções burguesas, principalmente a francesa, não foram cumpridos incidindo assim, numa democracia de baixa intensidade, na perspectiva de Santos (2002) de democratizar a democracia. Nesta transição, os atores coletivos e experiências institucionais são fonte de experimentação social, também expressam limites, lacunas e silenciamentos, produzidos pela

modernidade colonialista. Valorizar as experiências não significa congelar o presente, desconsiderar a memória histórica e a aposta num futuro possível. Buscar as emergências, nas epistemologias do Sul que estão presentes na diversidade de movimentos sociais engendrados pela inconformidade das vozes subalternas, dos intelectuais públicos, significa assumir uma não neutralidade frente à vida. Buscamos nas opções éticas e políticas pautadas na busca da dignidade humana como uma democracia sem fim conforme nos diz Santos. Nessa perspectiva, consideramos necessário explicitar aspectos que marcam a universidade moderna, bem como seus limites, objetivando a valorização de experiências latino-americanas.

Discutir a relação entre universidade e sociedade, a partir do modelo que tem origem na modernidade, passa necessariamente pela compreensão da ideia de modelo de universidade. Para tanto, buscou-se, em um primeiro momento, trazer alguns dos pressupostos que deram origem e sustentam tais ideias. Assim, foi possível pontuar aquilo que consideramos um dos principais desafios à universidade hoje: a reinvenção do cotidiano na perspectiva democrática.

Os estudos de modelos de universidades é uma temática já explorada por vários autores que têm se dedicado a refletir e explorar os modelos historicamente consolidados - francês, inglês, alemão, norte-americano, socialista, entre outros. Entretanto, aqui, a tentativa é explicitar alguns dos pressupostos que sustentam os conhecimentos gerados dentro das universidades, que, por sua vez, estabelecem padrões de relação com a sociedade. A universidade moderna, que se constituiu a partir dos diferentes modelos historicamente constituídos, tem como base os pressupostos da ciência moderna: o princípio da neutralidade e a fragmentação do conhecimento. Estes princípios foram legitimadores de uma forma de pensar e agir, de uma forma de verdade e ciência e isso incidindo num padrão de relação entre universidade e sociedade.

A instituição universitária nasceu sob a proteção da Igreja, fruto do ocidente cristão, com o objetivo de preservar a unidade e a fé católica e no século XIX foi marcada por profundas transformações. Os séculos XVIII e XIX compõem um período no quais as grandes transformações pelas quais a humanidade passou marcaram as configurações da vida atual e, principalmente o papel que a ciência e a universidade desempenham no desenvolvimento das relações do ocidente. Duas grandes revoluções ocorreram nesse período: uma econômica, a chamada Revolução Industrial, e outra, política, simbolizada pelos ideais da Revolução

Francesa. Para Rossato (2005) enquanto a Revolução Francesa apresentou a transformação pela supressão da universidade de cunho medieval, símbolo da aristocracia real e eclesiástica, a Revolução Industrial implementou e viabilizou outro modelo, a universidade da pesquisa, institucionalizado a partir da Alemanha.

A partir deste momento configura-se, de uma forma mais intensa, um agir e pensar marcado pela ascensão econômica e política da burguesia, tendendo a refletir ideias, interesses e necessidades dessa classe. Três valores eram reivindicados: liberdade, individualismo e igualdade. Estes valores conduziram, no seio da universidade moderna, processos de fragmentação do conhecimento, neutralidade, dualidade sujeito e objeto sustentado por uma racionalidade instrumental.

A ciência especializada e a exigência do mercado consolidaram a especialização profissional, modelo que predomina na construção histórica da educação superior no Brasil. Essa ciência especializada aparece formalmente nas distintas formas de escolarização, onde as universidades tiveram papel central nesse processo. Como poucos tinham acesso a esse benefício, as classes populares foram ficando cada vez mais distantes da produção do conhecimento formal e, consequentemente, colocadas à margem desse importante processo.

Dentro do contexto de consolidação e legitimação dos pressupostos da ciência moderna, a universidade desempenhou um papel de destaque. A luta histórica pela valorização e legitimação da ciência, contra o obscurantismo da Idade Média, encontrou nas universidades, um espaço de contestação. Tal análise não impede o reconhecimento de tantos outros espaços legítimos nesse processo; no entanto, a universidade como espaço "privilegiado da produção de alta cultura e conhecimento científico avançado é um fenômeno do século XIX, do período capitalista liberal, e o modelo de universidade que melhor traduz é o modelo alemão, da universidade de Humboldt". (SANTOS, 1997:193).

A universidade, ao longo deste processo, sustentada pela racionalidade instrumental construiu uma ótica pragmática e tecnocrata que foi definhando seu potencial sociopolítico cultural e privilegiou seu conteúdo utilitário, produtivista e individualista. O tensionamento dos parâmetros e princípios que balizam a universidade moderna significa interrogar, num primeiro momento, em que sentido as relações entre ensino, pesquisa e extensão podem ser mobilizadas para atender as demandas da sociedade. Na perspectiva de contraponto as desigualdades, exclusões e silenciamentos produzidos pelo instituído, ressaltamos a importância da formação do sujeito político potente, em diferentes espaços institucionais. Os

movimentos universitários podem contribuir na canalização das energias humanas instauradoras de práticas e pensamentos instituintes. São fragmentos possíveis que podem incidir sobre as relações de poder para transformá-las em relações de autoridade partilhada.

Na década de 1960, a crise da universidade moderna deste modelo se exaspera, em função da forte exigência social, de envolvimento das instituições acadêmicas e do conhecimento produzido por elas, na busca de respostas e soluções aos problemas econômicos e sociais. Na demanda social de uma articulação entre teoria e prática, a vertente hegemônica propõe a transformação da ciência em força produtiva, competitividade internacional das economias, considerando necessária a articulação entre formação profissional e ciência aplicada às necessidades do capitalismo atual.

Outra vertente oposta a essa explicitada, de apelo à prática, é sociopolítica, traduzindo-se na crítica ao isolamento da universidade, insensível aos problemas do mundo contemporâneo. Na perspectiva de Santos (1997), consideramos essencial a ênfase no papel da universidade frente à comunidade para fortalecer uma vertente sociopolítica oposta à vertente economicista e produtivista, para além da mera relação universidade/produção (comunidade industrial), baseada nas perspectivas do lucro e da competitividade.

A Universidade não é um mero espelho da sociedade, pois além de ser um espaço de reprodução das relações sociais e políticas, ele também atua sobre a sociedade. Essa intervenção se dá através da formação, da pesquisa e da intervenção na sociedade. Tríade de frágil articulação na universidade convencional.

Conforme Boaventura de Sousa Santos (1994), a vertente de ênfase na "responsabilidade social da universidade" perante os problemas humanos contemporâneos (fome, apartheid, desastre ecológico e outros), juntamente com o compromisso com as soluções dos problemas nacionais (habitação, educação, desemprego e outros) é um desafio a ser fortalecido, nos países periféricos na América Latina, por políticas públicas e experiências universitárias com potencial emancipador, sempre sujeito a ressignificação.

Reinventar é a palavra, numa constância de movimentos, em que a pluralidade humana, seja ativada na suspensão possível da conformidade frente ao instituído. Os processos instituintes na universidade devem potencializar a subjetividade no alargamento da liberdade, resultados da indeterminação dos sujeitos históricos.

Grande parte das políticas de educação superior na América Latina, ditadas pelos organismos internacionais, são direcionadas pelo ideário neoliberal, de cunho gerencialista,

em que as avaliações regulatórias, classificatórias, baseadas no empreendedorismo e na competição são exemplos marcantes desta realidade. Redução do Estado, gestão empresarial, definhamento do financiamento público, incentivo à iniciativa privada e fortalecimento da formação profissional e técnica em detrimento da formação cultural e política. Este passado recente persiste, num movimento mais sutil, permeado de contradições e disputas.

Entende-se, portanto, que o papel da educação superior não possa ser alterado em sua natureza apenas por práticas de capacitação em competências que visam à produção técnica de um profissional apolítico transformado em capital humano. A universidade latino-americana poderá ser o espaço das aprendizagens diversificadas, da ecologia de saberes, da produção e disseminação de um conhecimento que conduza à promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais [...], que circulam na sociedade. (Santos, 2004: 76).

Se bem analisada, a educação superior que se desvincula da sua conexão com os interesses do sistema educacional como um todo, ou do projeto de país, talvez não mereça ser chamada de superior. No sentido da articulação entre o local e o global, o fortalecimento do exercício do pensar e atuar democraticamente se fazem nas condições dadas e existentes. Elas não podem ser negadas. Porém, é preciso lembrar que a função da educação superior para contribuir na promoção de um projeto de desenvolvimento social que um país precisa, também, pensar a reinvenção de experiências no revisitar políticas públicas e modelos de universidade, suas múltiplas conexões com a vida das comunidades. Sader (2006,) salienta que a América Latina como uma das regiões mais injustas do mundo vive a luta ente o velho e o novo, entre persistência da concentração da riqueza, o privilégio da especulação em detrimento da produção, a expropriação de direitos sociais, desfiguração das identidades culturais, enfraquecimento das soberanias dos Estados e o novo que se configura na luta pela defesa das identidades culturais, a busca da autonomia dos povos, a regulação pública das relações mercantis e a extensão de direitos sociais.

As políticas da educação superior na América Latina não estão à margem deste processo contraditório, de crise hegemônica, em que as linhas de continuidade e\ou aprofundamento das reformas neoliberais da década de 1990, coexistem com tentativas de ampliar o acesso efetivo do direito a educação, como um direito social. É importante entender a lógica, os conceitos, a teia de valores e saberes que constituem o capitalismo histórico, num

movimento de produção de uma cidadania sujeitada, de baixa intensidade e de uma subjetividade autocentrada, fragmentada e despotencializada para ação política na esfera pública.

A concepção de educação superior está direcionada por uma racionalidade moderna, monopolizada pelas ciências, por uma razão impotente e arrogante, sustentando a lógica do mercado capitalista. Esta ideia é balizada por uma concepção de Estado como fornecedor de subsídios, numa regressão da concepção do Estado social, nos países centrais e, Estado desenvolvimentista, nos países periféricos, como a América Latina. Esta regressão está aquém das promessas da modernidade defendidas pelos discursos e programas das revoluções burguesas. Esta realidade suscita um pensamento que rompe com uma concepção evolucionista e linear da História humana, hegemônica nos marcos da modernidade.

A construção de perspectivas teóricas que valorizem o pensamento e as experiências latino-americanas emergentes é de fundamental importância para que possamos pensar um futuro mais democrático e menos colonizado para nossas experiências da educação superior.

Destacamos três noções que podem contribuir na interpretação de emergências educativas latino-americanas na contramão do fluxo de interesses econômicos\financeiros de uma sociedade cada vez mais distante de radicalização de políticas e experiências socialmente mais justas: desmercantilizar, descolonizar e democratizar.

A ideia de *desmercantilizar* supõe a emergência de produção de consciências na potencialização de um mundo mais humanizado. Santos (2012) enfatiza: “Vivir bien en lugar de vivir siempre mejor”. Significa buscar, através de uma articulação fértil entre acadêmicos e ativistas sociais, a efetivação de controle público de bens e serviços que possibilitam o bem estar da cidadania e das comunidades. São recursos estratégicos para vida em sociedade. Numa sociedade em que se intensifica a lógica do mercado, tudo tem um preço, tudo se torna objeto de compra e venda, a defesa de bens públicos (educação saúde, culturas, entre outros) tem um papel estratégico na constituição do humano.

Desmercantilizar significa sustar a ilimitada irradiação da economia de mercado, a colonização de todos os âmbitos da vida. Consideramos que setores estratégicos de produção de uma vida mais inteira, mais plena e diversificada pressupõe que os bens públicos, como a educação, sejam apropriados pela humanidade, em seu conjunto.

A noção de *descolonização* visa produzir fraturas na colonialidade do poder. O pensamento abissal (Santos, 2004) foi sustentáculo do processo de colonização imposto na

Recebido em: 27.10.2014 **Aprovado em:** 17.07.2015

América Latina. Importante estabelecer a distinção entre colonialismo e colonialidade do poder. O campo do pensamento abissal é um sistema de distinções visíveis ou invisíveis que estabelecem linhas radicais que dividem a realidade social, dois universos que movem o pensamento hegemônico e o contra-hegemônico.

O campo do pensamento abissal, na interpretação de Santos (2009) sustentado pela racionalidade moderna, pela monopolização da ciência moderna produz uma invisibilidade de outras formas de conhecimento, de práticas sociais e políticas e de culturas consideradas com fonte de inverdade, de mitos e de tradições. Esta dinâmica dificulta a configuração de diferentes expressões de poder e saber das comunidades sociais periféricas do mundo. Esta racionalidade hegemônica desprezou historicamente, tanto deste lado da linha, como as humanidades, como a filosofia, teologia e as artes, como também os saberes e práticas do outro lado da linha, as epistemologias do sul.

Para fazer frente ao pensamento abissal, constituindo uma perspectiva pós-abissal, o pensamento latino-americano contribui de forma clara. Assim, giro descolonial, proposto por Torres (2008), pressupõe a desconstrução de uma ideia fundante ao projeto moderno hegemônico colonialista, que considera que alguns seres humanos não são inteiramente humanos. La búsqueda de la verdade aqui está inspirada no por el desinterés teórico, sino por la no-indiferencia ante el otro, expressado en la urgência de contrarrestar el mundo de la muerte y de acabar con la relación naturalizada entre amo y esclavo en todas sus formas (Torres, 2008: 67).

O giro-descolonial (Torres, 2008) tem que levar em conta alguns aspectos, entre outros: 1) perceber que as diferentes formas de poder modernos têm produzido a ocultação de mecanismos permanentes de exclusão social, política e cultural. A nossa hipótese é que a invisibilidade relativa deste processo é produzida, também, pela banalização de diferentes formas de opressão e exclusão. Neste sentido, as diferentes formas de poderes coloniais são múltiplas e se inserem no projeto de desumanização moderno. 2) O debate sobre o processo de descolonização, suas diferentes estratégias, processos e perspectivas precisa resultar num pensamento fértil para experimentar formas de contestação, mudanças ontológicas e epistemológicas, no ser, e estar no mundo.

A ideia de *democratizar* é um fio condutor na produção da vida social, política e cultural. A democratização da universidade e da sociedade envolve múltiplos processos internos à universidade (democratização dos currículos, dos processos pedagógicos e a gestão

participativa) e, também a relação com a sociedade, para além dos interesses do mercado. Para pensarmos a revitalização permanente do sujeito político ativo, nos diferentes espaços políticos estruturais, SANTOS (1994) propõe repensar os diferentes espaços de sociabilidades, como o espaço doméstico, o espaço da produção e o espaço mundial, entre outros. Coloca, assim, a importância de comunidades interpretativas como campo de disputas envolvendo problemáticas presentes no espaço público e, no cotidiano dos sujeitos.

Não se furtar ao tratamento dos problemas fundamentais deve ser o compromisso de uma cidadania democrática, capaz de repensar a relação com a vida e suas múltiplas dimensões, com o intuito de dignificar as relações sociais. O questionamento de SANTOS (1994) sobre "o que são problemas fundamentais?" está presente na perspectiva de construir alternativas, valorizar experiências que produzem rupturas com os modelos de sociedade e de universidades hegemonicamente construídos.

> São problemas que estão na raiz das nossas instituições e das nossas práticas, modos profundamente arraigados de estruturação e de ações sociais considerados por alguns como fonte de contradições, antinomias, incoerências, injustiças que se repercutem com intensidade variável nos mais diversos setores da vida social." (SANTOS, 1994: 244).

É necessário pensar experiências latino-americanas de educação superior, tendo como fio condutor a democratização, que visa enfrentar os processos de mercantilização e pós-colonização. Isso se constitui num caminho possível para, de maneira processual, potencializar um modo de vida mais qualificado, não só para a educação superior, mas também para as relações humanas e a vida em sociedade.

EXPERIÊNCIAS LATINO-AMERICANAS EMERGENTES E POSSIBILIDADES DE DEMOCRATIZAÇÃO E DESCOLONIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

No contexto Latino-Americano, influenciado principalmente pelo Manifesto de Córdoba, foi gestado o primeiro movimento que procurou romper com os modelos de universidade moderna sustentada pelo colonialismo europeu. Este movimento teve expressiva contribuição na construção do conceito de extensão na América Latina, em que a extensão se intensifica num movimento político de luta por justiça social. Neste sentido, o Movimento Universitário de Córdoba foi um momento de contestação, na tentativa de mudar a universidade incidindo em mudanças sociais. A universidade na América Latina passou por

Recebido em: 27.10.2014 **Aprovado em:** 17.07.2015

momentos de contestação com tradição de lutas de caráter popular, como também por momentos de repressão e submissão, a exemplo dos regimes militares.

Desde Córdoba até o momento atual emergiram diferentes experiências e movimentos na busca de democratização da universidade e sua relação com a sociedade. Tais experiências constituem processos político-culturais de resistência diante da histórica elitização da educação superior e de proposições de novos projetos de universidade, que não reproduzem os modelos colonizadores. A seguir, anunciamos duas experiências recente nessa direção.

Uma das experiências que ressaltamos no contexto atual é a Universidade Federal de Integração Latino-americana (UNILA), criada em 12\01\2010 através da Lei 12.189, no governo do presidente Lula. A missão desta universidade visa a integração da AL, através da oferta de Cursos de Graduação e Pós-Graduação em diferentes campos do conhecimento, envolvendo diferentes países da AL (21 países). O conhecimento partilhado na promoção da pesquisa em rede e a formação humana são processo balizadores do fazer a universidade.

O desafio desta universidade é fortalecer uma educação compartilhada e solidária entre os povos da América Latina, diante das contradições e convergências constitutivas.

> Es nuestra consideración que el abordage de la educación relacionado con la integración debe partir de varias respuestas a otras tantas preguntas. En primer lugar, si la educación la considerarmos un factor de desarrollo, ¿cuál es el esquema de desarrollo que assumimos como paradigma?, ¿ en qué carril del desarrollo nos vamos a montar? Y en outro sentido, ¿qué papel debemos asignar a la educación como mecanismo de preparación de los actores para vivir en una sociedad distinta donde el forme parte de un espacio local y a la vez de un espacio global? En fin, ¿cómo debe influir la educación en esse nuevo autopercibirse del ciudadano común en los nuevos tiempos? (UNILA, 2014)

Esta perspectiva aponta que a "integração latino-americana" não se restringe à concepção de uma América Latina como um continente nascido da colonização ibérica. A América Latina compreende todos os países do continente americano que falam espanhol, português ou francês, bem como outros idiomas derivados do latim. A UNILA, instalada provisoriamente no Parque Tecnológico Itaipu (PTI), em Foz do Iguaçu, iniciou suas atividades acadêmicas ainda em 2010. Na ocasião, a Universidade já tinha cerca de 200 alunos oriundos do Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina, subdivididos em seis cursos de graduação.

A UNILA está estruturada com uma organização diferenciada das universidades tradicionais e com uma concepção acadêmico-científica aberta aos avanços científicos, humanísticos e culturais atuais e futuros. O processo de implantação da universidade garantiu

a inclusão de todos os povos latino-americanos através de um mecanismo diferenciado para o ingresso de todos os setores da comunidade acadêmica (50% das vagas para os alunos são reservadas para estrangeiros dos 21 países e os outros 50% para brasileiros e o mesmo mecanismo vale para o ingresso de professores e funcionários).

No contexto acima referido, a UNILA, se pauta no referencial da Reforma Universitária de Córdoba (1918), comprometida com o destino e futuro das sociedades latino-americanas. Nesta perspectiva aponta a necessidade de construção de sociedades sustentáveis no século XXI, fundadas na identidade latino-americana [4], envolvendo sua diversidade cultural e orientada para o desenvolvimento econômico, à justiça social e à sustentabilidade ambiental.

Essa intencionalidade, presente nos documentos da UNILA, aponta para processos de superação do colonialismo contemporâneo e pelo fortalecimento da educação como um bem público. Estas dinâmicas visam a ampliação do acesso público à universidade, a valorização de temáticas oriundas das demandas sociais\culturais\econômicas e políticas dos diferentes povos (levando em conta suas convergências e singularidades) da América Latina para a construção de projetos de soberania nacional. O reconhecimento e circulação de múltiplos saberes decorrentes da diversidade cultural na América Latina tensiona o paradigma da modernidade ocidental como uma única possibilidade de desenvolvimento humano e social. Este espaço acadêmico pode desconstituir a *racionalidade instrumental* hegemônica enquanto orientadora exclusiva do sentido da vida.

Outra experiência significativa segundo nosso entendimento é a Universidade peruana denominada *Universidad Comunitaria Intercultural De Las Nacionalidades Y Pueblos Indigenas***,** que trabalha na perspectiva de uma nova concepção: a PLURIVERSIDADE. Ou seja, a Universidade é o espaço académico de diálogo entre os diferentes saberes e as ciências concebidas a partir dos diferentes paradigmas civilizatórios em simetria e equidade epistemológica. Deste modo, é importante relativizar a monopolização dos modelos europeus de conhecimento e cultivar uma ecologia de saberes na perspectiva intercultural e de integração entre os povos do sul.

Esta instituição foi criada em 2004, através da legislação vigente no país de origem e faz parte da rede de universidades dos povos indígenas do Peru num total de 10 instituições de ensino superior que são organizadas numa perspectiva de currículos e projetos acadêmicos

[4] Conforme site da UNILA: http://www.unila.edu.br

interculturais. Segundo os documentos institucionais, a missão da universidade intercultural indígena visa a

> c*ontribuir en la formación de talentos humanos que prioricen una relación armónica entre la Madre Naturaleza / Cosmos y el Ser Humano sustentándose en el buen vivir comunitario como fundamento de la construcción del estado plurinacional y la sociedad* [5]

Alguns dos princípios *suleadores* do projeto político-pedagógico da universidade, que intencionam constituir comunidades de aprendizagem, estão delineados no que segue:

a) Promover saberes e formação de lideranças no viés da agroecologia;

b) Instituir processos de comunicação intercultural;

c) Promover políticas públicas que contemplem a diversidade e o resgate de saberes e das cosmovisões indígenas;

d) Desenvolver o turismo numa perspectiva comunitária e de preservação da natureza.

Consideramos que esta experiência é uma referência paradigmática que rompe com os modelos tradicionais de universidade e com o histórico processo de colonização europeia na forma de pensar e projetar a formação na América Latina. Neste sentido é possível articular a diversidade das experiências de formação com o princípio de igualdade na promoção da dignidade humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve como objetivo problematizar o tema da democratização da educação superior na América Latina, com referência a algumas experiências pontuais. Não tínhamos o objetivo de realizar uma análise mais substancial, mas registrar que, diante do aporte teórico e das experiências históricas é possível explorar possibilidades e práticas instituintes de novas lógicas que afirmem o aprofundamento da democracia com base em projetos alternativos, que tem como objetivo às lógicas hegemônicas, mercantilizadas e elitizadas, que historicamente dominaram a educação superior.

O ensino superior no Brasil esteve ligado à formação profissional e somente nas últimas décadas tem possibilitado pensar em um Universidade pública mais democrática, seja

[5] www.amawtaywasy.edu.ec

por meio de acesso com reserva de vagas em universidades públicas, seja com reserva de vagas em instituições particulares, cujas bolsas de estudo são viabilizadas pelos recursos com origem em políticas estatais.

As noções de *desmercantilização e descolonização* se tornam fundamentais para que possamos entender como a democracia pode se afirmar em processo, lidando com poderes hegemônicos no sentido de produzir brechas e abrir caminhos para avanços democráticos ainda maiores. Na universidade os segmentos sociais historicamente excluídos dela, talvez possam incidir num caminho para reinventar nossas universidades ainda marcadas pela lógica elitista e, assim, poderemos organizar uma sociedade onde haja afirmação e convivência entre os diferentes segmentos e grupos sociais. Os casos da UNILA e da PLURIVERSIDADE indicam que é possível apostar na construção de experiências sociais e culturais qualificadas em torno de uma educação superior democrática e solidária entre os diferentes povos.

Abstract: This article analyzes elements of higher education democratization committed to the idea that it is necessary to value historic and theoretic elements which allow us to visualize emergent experiences in Latin-American reality in order to reach, in the future, more intense changes. In the text, we present elements that support thinking the limits of university in its classic development from European experiences to punctuate some aspects theoretically inspired in Boaventura de Sousa Santos, which instigate us to think the processes of democratization and the dialogue between knowledge and experience towards decolonization as a possible path to new practices in an emancipatory perspective. Finally, the reference to two alternative experiences of university brings about characters that constitute instituting kinds of new practices that may point to perspectives of more radical transformations.

Keywords: Democratization; Higher Education; Latin America; University.

Resumen: Este artículo analiza los elementos de democratización educación superior comprometida con la idea de que es necesario poner en valor los elementos históricos y teóricos que nos permiten visualizar las experiencias emergentes en la realidad latinoamericana a fin de alcanzar , en el futuro , los cambios más intensos. En el texto , se presentan elementos que apoyar el pensamiento de los límites de la universidad en su desarrollo clásico de las experiencias europeas para puntualizar algunos aspectos teóricamente inspiradas en Boaventura de Sousa Santos , que nos inciten a pensar los procesos de democratización y el diálogo entre el conocimiento y la experiencia hacia la descolonización como un posible camino hacia nuevas prácticas en una perspectiva emancipatoria. Por último , la referencia a dos experiencias alternativas de la universidad trae personajes que constituyen tipos instituyentes de nuevas prácticas que pueden señalar a las perspectivas de las transformaciones más radicales.

Palabras clave: Democratización; Educación más alta; America latina; Universidad .

REFERÊNCIAS:

FREIRE, P. **Política e educação.** São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora. 2013.

ROSSATO, R. **Universidade:** nove séculos de história.2ªed. Passo Fundo: UPF, 2005.

SADER, E. et al. (2006), **Dicionário Latinoamericano.** Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe. RJ: Boitempo e LLP (Laboratório de Políticas Públicas) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice.** O social e o político na pós-modernidade. Porto: Afrontamento, 2005.

_____. **Democratizar a Democracia**. RJ: Civilização Brasileira, 2002.

_____.; ALMEIDA FILHO, N. **A Universidade no Século XXI**: para uma Universidade Nova (CES). Coimbra: Edições Almedina. SA, 2009.

_____.; MENESES, M. P. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: _____ (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

_____. **De las dualidades a las ecologias**. Bolívia: Rede Boliviana de Mujeres transformando la Economia (REMTE), 2012.

_____.. O intelectual de retaguarda. Entrevista realizada por Helena Mateus Jerónimo e José Neves. **Análise Social**, 2004, XLVII, Lisboa: Instituto de Ciê, 2012.

_____.; TAVARES, M. Em torno de um novo paradigma sócio-epistemológico, **Revista Lusófona de Educação**, v.10, n.131-137, 2007.

TORRES, N. M. La descolonización y del giro des-colonial. **Revista Tábula Rasa**, 9, 61-72, 2008.

UNILA. http://www.unila.edu.br/conteudo/voca%C3%A7%C3%A3o-da-unila. Acesso em outubro, 2014.